



LISBON TALK

17 Junho 2025

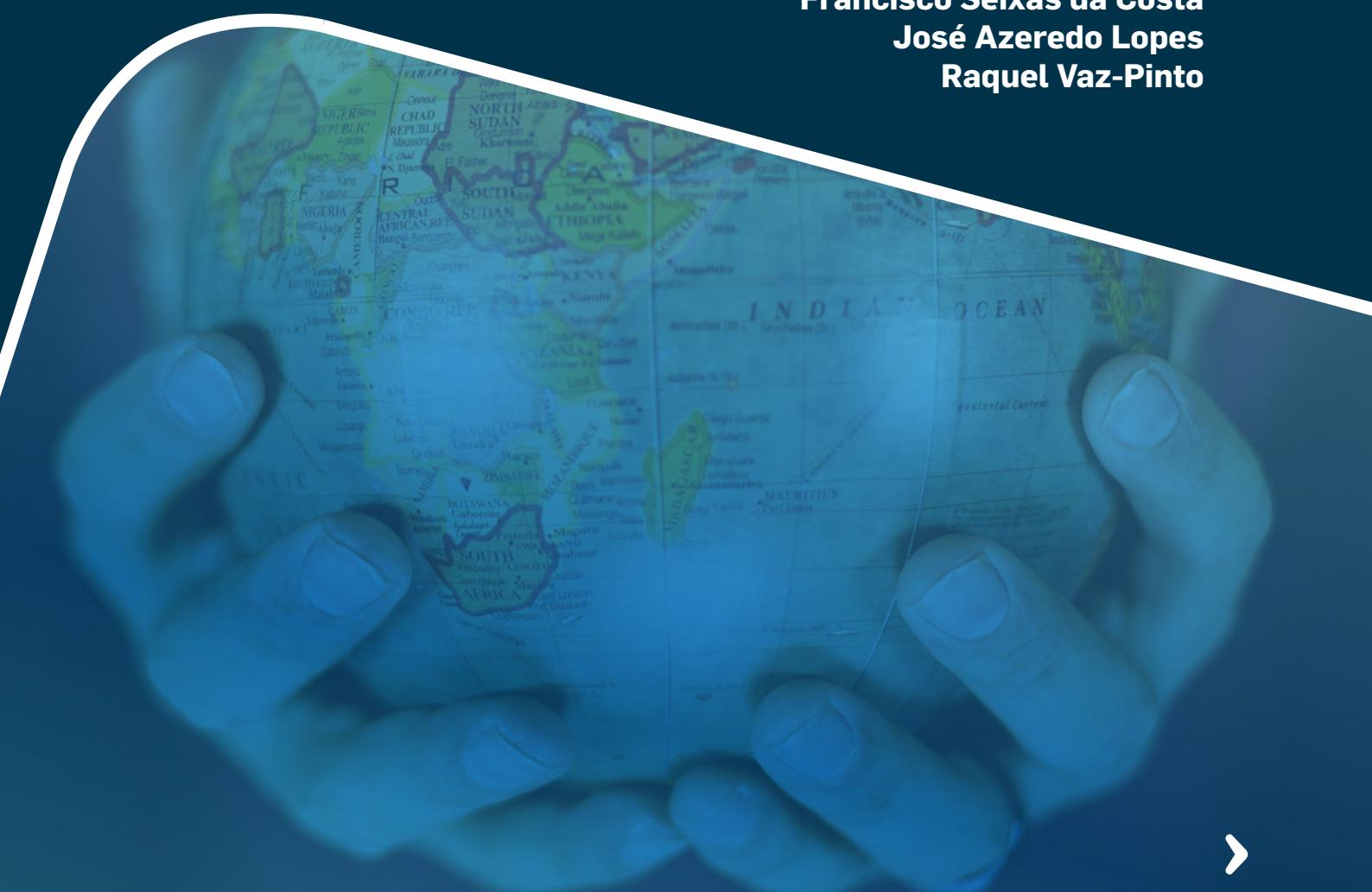
Grémio Literário
LISBOA



RECONSTRUÇÃO DA ORDEM GLOBAL

ORADORES

**Francisco Seixas da Costa
José Azeredo Lopes
Raquel Vaz-Pinto**



Esta sessão foi realizada no âmbito do ciclo de conferências dedicado aos **“Desafios Globais numa Ordem Mundial em Mutação”**, promovido pelo Clube de Lisboa e pelo Grémio Literário, com uma lógica de reflexão pública sobre a transformação do sistema internacional.

Na Talk, participaram:

FRANCISCO SEIXAS DA COSTA, embaixador e presidente do Clube de Lisboa,

JOSÉ AZEREDO LOPES, professor universitário e antigo ministro da Defesa Nacional,

RAQUEL VAZ-PINTO, professora e investigadora do IPRI-NOVA.

O tema da sessão – Reconstrução da Ordem Global – é apresentado desde início como paradoxal: discute-se reconstrução num momento em que vários intervenientes consideram que ainda se está, sobretudo, em fase de destruição do enquadramento institucional e normativo que marcou o pós-Segunda Guerra Mundial.



A EROSÃO DA ORDEM INTERNACIONAL E O FIM DAS CERTEZAS INSTITUCIONAIS

José Azeredo Lopes começou por rejeitar a ideia de que seja já possível falar em reconstrução da ordem global. O sistema internacional encontra-se ainda num processo profundo de destruição dos fundamentos políticos, jurídicos e institucionais construídos no pós-Segunda Guerra Mundial. Falar em reconstrução é prematuro quando os próprios alicerces dessa ordem continuam a ser desmontados.

Um dos sinais mais evidentes dessa degradação é a substituição do direito internacional pela vaga noção de uma “ordem baseada em regras”, que permite interpretações seletivas e dependentes da correlação de forças.

A ordem que hoje se fragmenta nasceu da convicção, após a devastação da Segunda Guerra Mundial, de que era necessário conter a violência entre Estados através de instituições e regras comuns. A criação da ONU, o fortalecimento do direito internacional e a apostila num multilateralismo progressivo foram respostas a esse trauma histórico. Durante décadas, esta arquitetura foi sustentada por um equilíbrio político específico, no qual a Guerra Fria e a existência de um inimigo comum funcionaram como elemento agregador.

O colapso da União Soviética rompeu esse equilíbrio. A vitória do modelo liberal foi interpretada como definitiva, gerando um excesso de confiança que enfraqueceu os próprios mecanismos da ordem internacional. A soberania passou a ser desvalorizada, o direito internacional relativizado e substituído por discursos de exceção, intervenção e superioridade moral, sem que surgissem alternativas normativas eficazes.

A globalização integra este processo. Mais do que um fenómeno neutro, foi um projeto ideológico baseado na ideia de que o mercado global garantiria prosperidade e estabilidade. Esse consenso manteve-se enquanto o Ocidente acreditou dominar o sistema; começou a ruir com crises económicas, desigualdades crescentes e perda de influência relativa, abrindo espaço à contestação política e ao regresso do interesse nacional como prioridade central.

Neste contexto, a ascensão de lideranças nacionalistas não é encarada como um desvio pontual, mas como expressão de tendências estruturais. O multilateralismo perdeu centralidade, e o sistema internacional evoluiu, sobretudo desde o início do século XXI, de uma lógica de crise permanente para uma situação de conflito quase permanente, marcada pelo aumento do número de guerras e pela incapacidade das instituições internacionais para produzir soluções duradouras.

Um dos sinais mais evidentes dessa degradação é a substituição do direito internacional pela vaga noção de uma “ordem baseada em regras”, que permite interpretações seletivas e dependentes da correlação de forças. Em paralelo, categorias simplificadoras como “Ocidente alargado” e “Sul Global” aprofundam clivagens e fragilizam qualquer pretensão de universalidade normativa.

A Europa surge particularmente exposta neste cenário, devido à sua dependência estratégica e à fragilidade das garantias de alianças tradicionais. O enfraquecimento das instituições multilaterais – incluindo a ONU e a OMC – reforça uma lógica de unilateralismo e de recurso sistemático a sanções, cujos efeitos podem ser contraproducentes também para quem as aplica.

A erosão dos limites morais constitui outro elemento central da análise. Práticas anteriormente consideradas inaceitáveis tornaram-se progressivamente normalizadas, acompanhadas por recuos em compromissos fundamentais do direito internacional humanitário. A aplicação seletiva da justiça internacional, visível nos duplos critérios em relação ao Tribunal Penal Internacional, compromete ainda mais a credibilidade do sistema.

Assim, perante este quadro, o mundo caminha para uma ordem fragmentada, marcada por poderes regionais ou sub-regionais que atuam de forma autónoma e instrumental. Essa evolução torna ilusória, no curto prazo, qualquer tentativa coerente de reconstrução da ordem global.

A EUROPA ENTRE DEPENDÊNCIA ESTRATÉGICA, VALORES E PERDA DE AUTORIDADE MORAL

Francisco Seixas da Costa centrou a sua intervenção na posição da Europa no atual contexto internacional, sublinhando a fragilidade estrutural do projeto europeu num momento de desagregação da ordem global. Nesse contexto, é necessário relativizar a percepção de que o comportamento recente dos Estados Unidos representa uma rutura absoluta com o passado:



A Europa destruiu, em pouco tempo, a autoridade moral que havia reconstruído com a Ucrânia. A reação europeia revelou uma aplicação seletiva dos princípios que diz defender, criando uma hierarquia implícita das vítimas...

a arrogância americana em relação à Europa não é nova, variando historicamente apenas no tom – ora mais cordial, ora mais brusco. O que distingue o presente é a erosão da convicção europeia de que os Estados Unidos estarão sempre disponíveis para garantir a sua segurança.

Durante décadas, a Europa aceitou essa dependência estratégica como um dado adquirido. Essa percepção alimentou uma atitude de complacência face ao multilateralismo seletivo praticado por Washington, incluindo a utilização instrumental das Nações Unidas e ações unilaterais quando os mecanismos multilaterais se revelavam inconvenientes. A Europa sabia que precisava dos Estados Unidos e, por isso, optou muitas vezes pelo silêncio ou pela acomodação, mesmo quando essa postura contrariava princípios que afirmava defender.

A questão do *burden sharing* em matéria de defesa ilustra essa ambiguidade. A exigência de maior empenhamento europeu não começou com Donald Trump; outros presidentes americanos o disseram de forma mais diplomática. A diferença reside, agora, na possibilidade real de os Estados Unidos deixarem de considerar a segurança europeia um interesse estratégico central, o que expõe a vulnerabilidade de uma Europa que nunca conseguiu afirmar-se plenamente como ator autónomo no plano militar e geopolítico.

A guerra na Ucrânia surge, neste contexto, como um momento excepcional de convergência. A invasão russa pode ter sido o último grande episódio em que Europa e Estados Unidos partilharam claramente interesses e valores estratégicos. O conflito permitiu à Europa falar a uma só voz, reforçou a coesão interna e mobilizou o chamado “Ocidente alargado” em torno da defesa de princípios fundamentais do direito internacional. Contudo, essa convergência teve também um custo assimétrico: para os Estados Unidos, tratou-se de um envolvimento estrategicamente vantajoso, sem tropas no terreno, com benefícios económicos e industriais evidentes.

É precisamente essa dimensão dos valores que Francisco Seixas da Costa considera ter sido gravemente comprometida pela postura europeia face ao conflito em Gaza. A Europa destruiu, em pouco tempo, a autoridade moral que havia reconstruído com a Ucrânia. A reação europeia revelou uma aplicação seletiva dos princípios que diz defender, criando uma hierarquia implícita das vítimas: os mortos ucranianos suscitam indignação política e comunicados oficiais; os mortos palestinianos, apesar da sua escala diária, não geram resposta equivalente.

Esta incoerência tem consequências profundas. A política externa europeia, argumenta, expõe-se como hipócrita, especialmente quando continua a apresentar-se como referência ética junto dos países do Sul Global. Depois de Gaza, questiona, com que legitimidade pode a Europa exigir respeito pelos direitos humanos, pelo direito internacional ou pela proteção de civis? A discrepancia entre o entusiasmo europeu face ao mandado do Tribunal Penal Internacional contra Vladimir Putin e o embaraço perante mandados envolvendo dirigentes israelitas é um exemplo claro de duplo critério que

Uma ordem internacional assente apenas na *realpolitik* e na lógica de interesses deixa a Europa numa posição de fraqueza, dada a sua limitada capacidade militar e a perda de autoridade moral.

mina a credibilidade do sistema internacional de justiça – e da própria UE, cujos Estados-membros são signatários desse tribunal.

Francisco Seixas da Costa reconhece que durante muito tempo acreditou que a Europa poderia desempenhar um papel central na revitalização do multilateralismo, assumindo-se como promotora de uma ordem internacional baseada em valores e princípios. Contudo, considera que os acontecimentos recentes, em particular a guerra em Gaza, comprometeram seriamente essa possibilidade. Uma ordem internacional assente apenas na *realpolitik* e na lógica de interesses deixa a Europa numa posição de fraqueza, dada a sua limitada capacidade militar e a perda de autoridade moral.

Perante este impasse, não é possível apresentar uma fórmula de reconstrução imediata. A conclusão é sobretudo ética: se houver algum ponto de partida possível, ele terá de passar pela recusa dos duplos *standards* e por um apelo à decência na condução das relações internacionais. Sem coerência entre discurso e prática, a Europa arrisca-se a perder não apenas influência, mas também identidade enquanto projeto político baseado em valores.

TRANSIÇÃO SISTÉMICA, COMPETIÇÃO ESTRATÉGICA E FRAGILIDADE DAS DEMOCRACIAS LIBERAIS

Raquel Vaz-Pinto adotou uma perspetiva assumidamente analítica, distingindo entre o que considera deseável e aquilo que julga provável. Parte-se de um diagnóstico claro: o sistema internacional atravessa um período de transição profunda, cujo desfecho é altamente incerto. Não é possível afirmar se o mundo caminhará para uma configuração bipolar, multipolar ou apolar, sendo este último cenário considerado particularmente preocupante. A incerteza e a instabilidade são características estruturais de todos os períodos de transição – e o momento atual não constitui exceção.



A rivalidade tecnológica surge como uma das dimensões centrais desta competição.
A presença chinesa em áreas como redes sociais, comunicações, inteligência artificial e cadeias de valor tecnológicas revela uma estratégia consistente de longo prazo.

Esta instabilidade é agravada pelos meios contemporâneos de comunicação. A aceleração do ciclo informativo, a omnipresença das redes sociais e a dificuldade crescente em distinguir tendências estruturais de episódios conjunturais tornam a análise estratégica mais difícil e mais desgastante. A administração Trump é apresentada como um fator de intensificação deste fenómeno, ao introduzir um nível constante de ruído político e comunicacional, que dificulta a leitura de médio e longo prazo das dinâmicas internacionais.

Verifica-se, igualmente, uma seletividade na forma pela qual a comunidade internacional – incluindo a opinião pública ocidental – reage aos conflitos armados. Enquanto alguns conflitos dominam o debate político e mediático, outros permanecem largamente ignorados, apesar da sua gravidade e duração. Casos como Myanmar, República Democrática do Congo ou Sudão ilustram uma tendência persistente para hierarquizar conflitos com base na proximidade geográfica, cultural ou estratégica, o que enfraquece a ideia de uma justiça internacional universal e coerente.

No plano geopolítico, é destaca-se o papel da China como potência revisionista com uma estratégia clara e sustentada. Ao contrário dos Estados Unidos, que continuam a ser a única superpotência em sentido clássico, a China não demonstra interesse em liderar segundo os moldes tradicionais, preferindo uma atuação pragmática, instrumental e altamente estratégica. Episódios como o ataque ao Capitólio, em janeiro de 2021, são interpretados como sinais de fragilidade democrática americana que não passaram despercebidos a Pequim e que influenciam a sua leitura estratégica do sistema internacional.

A rivalidade tecnológica surge como uma das dimensões centrais desta competição. A presença chinesa em áreas como redes sociais, comunicações, inteligência artificial e cadeias de valor tecnológicas revela uma estratégia consistente de longo prazo. A China apostou igualmente no controlo e processamento de matérias-primas críticas, em particular as terras raras, essenciais para setores como a defesa, a indústria automóvel, os equipamentos médicos e as tecnologias digitais. É, portanto, estrategicamente incompreensível iniciar uma guerra comercial com a China sem acautelar previamente esta dependência estrutural.

No que respeita aos Estados Unidos, acrescem sérias reservas quanto à viabilidade estratégica de uma política que afasta aliados tradicionais e fragiliza relações de confiança. A confiança é um ativo central nas relações internacionais, e a sua erosão tem custos difíceis de reverter. Exemplos como o Canadá ilustram como mesmo aliados históricos reagem negativamente a uma postura americana percecionada como hostil ou imprevisível.

Identificam-se também sinais preocupantes no funcionamento interno das democracias liberais, nomeadamente a rejeição da ciência e a desvalorização do mérito em cargos de elevada responsabilidade política. Estes fenómenos enfraquecem a credibilidade institucional e projetam uma imagem

... a defesa da democracia liberal tornar-se-á mais difícil num contexto internacional marcado por competição estratégica, fragmentação normativa e erosão da confiança.

de degradação democrática que tem impacto direto na competição sistémica global.

Alargando a análise a novas geografias estratégicas, destaca-se o Ártico como espaço crescente de competição entre grandes potências, impulsionado também pelas alterações climáticas. Países como a Índia, a Austrália e a Coreia do Sul são, igualmente, de salientar como atores relevantes num sistema internacional em recomposição, embora sem certezas quanto ao papel que virão a desempenhar.

Por fim, Raquel Vaz-Pinto introduz uma dimensão normativa clara. Muitos dos movimentos iliberais e autoritários em ascensão partilham uma visão regressiva do papel da mulher na sociedade, tratando-a como cidadã de segunda categoria. Este aspeto é apresentado não apenas como uma questão de direitos, mas como um fator central do sucesso económico, social e político das democracias liberais. A igualdade de género constitui parte integrante da identidade democrática europeia e um elemento pelo qual vale a pena lutar.

A conclusão é prudente e sombria: a defesa da democracia liberal tornar-se-á mais difícil num contexto internacional marcado por competição estratégica, fragmentação normativa e erosão da confiança. O futuro não se apresenta otimista, mas a lucidez analítica e a defesa consistente de valores fundamentais permanecem, ainda assim, indispensáveis.

DEBATE

LIDERANÇA, PODER E PERSONALIZAÇÃO DA POLÍTICA INTERNACIONAL

Uma das questões centrais levantadas no debate prendeu-se com a ausência aparente de lideranças capazes de orientar um processo de reconstrução da ordem internacional. Colocou-se a dúvida sobre se é possível reconfigurar o sistema global num contexto em que não apenas faltam líderes consensuais, como muitos dos atuais processos de desconstrução parecem ser impulsionados por lideranças individuais, mais do que por Estados enquanto entidades coletivas. Esta personalização do poder constitui um fator de instabilidade acrescida, na medida em que reduz a previsibilidade das relações internacionais e enfraquece os mecanismos tradicionais de mediação institucional.

Ao mesmo tempo, contudo, esta centralidade das lideranças individuais pode conter um elemento paradoxalmente mobilizador. Se a desconstrução está a ser feita por líderes, e não por estruturas permanentes, então a possibilidade de mudança futura não está totalmente excluída. Esta leitura introduz uma nota de cauteloso otimismo, ao reconhecer-se que a volatilidade do momento atual, embora perigosa, não elimina por completo a agência política nem a capacidade de reversão de certas dinâmicas.

EUROPA: ENTRE PESO ECONÓMICO, FRAGILIDADE POLÍTICA E FEDERALISMO INCOMPLETO

A posição da Europa no sistema internacional foi amplamente debatida, retomando a ideia recorrente de que a União Europeia continua a apresentar um desfasamento significativo entre o seu peso económico e a sua capacidade política e estratégica. Com efeito, a Europa permanece uma das maiores potências económicas globais, com um mercado interno robusto, forte capacidade comercial e níveis elevados de riqueza agregada. Contudo, esse peso não se traduz automaticamente em influência geopolítica, sobretudo num contexto em que a União revela dificuldade em falar a uma só voz em matérias essenciais como política externa, defesa e segurança.

O debate aprofundou a ambiguidade do modelo europeu, frequentemente descrito como um semi-federalismo. Por um lado, os Estados-membros aceitaram partilhas significativas de soberania, nomeadamente na área económica e orçamental; por outro, resistem a uma integração política plena que permita transformar essa cedência em poder coletivo efetivo. Este paradoxo – perder soberania sem ganhar capacidade estratégica proporcional – foi identificado como uma das fragilidades estruturais do projeto europeu, particularmente num mundo marcado por competição entre grandes potências.

Ainda assim, alguns participantes defenderam que esta mesma ambiguidade contém potencial de evolução. A Europa dispõe de instrumentos institucionais, recursos económicos e experiência histórica que poderiam sustentar um aprofundamento do processo integracionista, caso exista vontade política e mobilização social suficientes. A alternativa pode ser a aceitação progressiva da irrelevância estratégica num sistema internacional cada vez mais competitivo.

VALORES, DUPLOS CRITÉRIOS E EROSÃO DA AUTORIDADE MORAL

Outro eixo central do debate incidiu sobre a dimensão ética da política internacional e, em particular, sobre a aplicação seletiva de valores e princípios por parte das democracias europeias. Retomando argumentos apresentados nos pontos anteriores, vários intervenientes sublinharam que a incoerência na resposta a diferentes conflitos armados compromete seriamente a autoridade moral da Europa. A percepção de duplos critérios na defesa do direito internacional, dos direitos humanos e da proteção de civis constitui um fator de deslegitimização profunda, tanto no plano interno como na relação com outras regiões do mundo.

Esta erosão da credibilidade normativa está também associada à dificuldade crescente em sustentar um discurso universalista. A hierarquização implícita das vítimas, a seletividade na indignação política e a inconsistência na defesa das instituições internacionais alimentam a percepção de que os valores são instrumentalizados em função de interesses estratégicos. Esta leitura enfraquece não apenas o multilateralismo, mas também a própria ideia de uma ordem internacional baseada em princípios comuns.

Vários participantes alertaram ainda para o impacto desta incoerência na relação com o chamado Sul Global. A capacidade da Europa para exercer influência normativa depende da percepção de coerência entre discurso e prática; quando essa coerência se perde, o espaço para liderar ou mediar conflitos reduz-se drasticamente.

DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO CÍVICA E DESAFIOS TECNOLÓGICOS

A discussão abordou as bases internas das democracias liberais, com particular destaque para o papel da educação cívica e histórica. O progressivo afastamento das gerações mais jovens dos fundamentos históricos, políticos e institucionais da democracia deve gerar preocupação, pois tal limita a sua capacidade de interpretar criticamente o discurso político e de participar de forma informada na vida pública. Esta fragilidade está associada ao crescimento de movimentos populistas e autoritários, bem como à dificuldade em formar cidadãos capazes de autogoverno.

Neste contexto, a inteligência artificial e as novas tecnologias de informação surgiram como fatores ambivalentes. Por um lado, ampliam o acesso ao conhecimento; por outro, facilitam a manipulação discursiva, a fragmentação da esfera pública e a erosão da confiança em critérios tradicionais de verdade e legitimidade científica. Foi ainda levantada a preocupação de que a centralidade crescente de sistemas baseados em correlação massiva de dados possa contribuir para o abandono do pensamento causal e do método científico clássico, com implicações profundas para a produção de conhecimento e para a formulação de políticas públicas.

Tendo em consideração os desafios existentes, as respostas exigem uma nova forma de militância democrática, capaz de ultrapassar clivagens ideológicas tradicionais e de recentrar o debate político na defesa do Estado de direito, do multilateralismo e da democracia. A reconstrução da ordem internacional, caso venha a ser possível, dependerá, assim, não apenas de rearranjos geopolíticos, mas também da capacidade das sociedades democráticas de reforçarem os seus próprios fundamentos internos.

CONCLUSÃO

A sessão sobre a reconstrução da ordem global deixou claro que o mundo atravessa um momento de rutura profunda, marcado pela erosão simultânea das instituições, das normas e da confiança que sustentaram o sistema internacional durante décadas. Longe de existir consenso sobre soluções ou caminhos claros de reconstrução, emergiu uma leitura amplamente partilhada de que a fase atual é ainda dominada pela destruição, pela fragmentação e pela incerteza.

Os contributos dos participantes convergiram na ideia de que a crise não é apenas geopolítica ou económica, mas também moral e cognitiva. A aplicação seletiva de princípios, a perda de credibilidade das instituições interna-

cionais, a fragilidade das democracias liberais e a dificuldade em formar cidadãos informados e críticos compõem um quadro de vulnerabilidade sistémica.

A Europa surge, simultaneamente, como espaço de potencial e de contradição: detentora de recursos económicos significativos e de uma herança normativa relevante, mas limitada pela falta de coesão política, pela dependência estratégica e por incoerências que minam a sua autoridade moral. A possibilidade de desempenhar um papel central na revitalização do multilateralismo permanece em aberto, mas depende de escolhas políticas difíceis e de uma maior coerência entre valores proclamados e práticas adotadas.

A sessão ofereceu uma leitura lúcida e exigente da realidade internacional, sublinhando que qualquer tentativa futura de reconstrução só poderá ser credível se assentar em princípios consistentes, responsabilidade política e capacidade de enfrentar, sem ilusões, os custos da coerência. Num contexto de transição incerta, essa lucidez pode não ser suficiente – mas revela-se indispensável.

Assista
à sessão 



The poster features a blue and white design with the text 'CICLO DE CONFERÉNCIAS' at the top left. In the center, it says 'DESAFIOS GLOBAIS NUMA ORDEM MUNDIAL EM MUTAÇÃO'. Below that, '2025' and '17 Junho' are displayed. A box indicates the time '18h30 - 20h' and the location 'Grémio Literário Lisboa'. On the right side, the title 'Reconstrução da Ordem Global' is written in large blue letters. Three circular portraits of speakers are shown: 'MODERADORA: PROF. DOUTRA RAQUEL VAZ PINTO' (Investigadora da FFLCH NOVA), 'DRA. MARIA EMBAXADOR FRANCISCO SEIXAS DA COSTA' (Presidente do Clube de Lisboa), and 'PROF. DOUTOR JOSE AZEREDO LOPES' (Universidade Católica do Porto). Logos for 'Clube de Lisboa' and 'Grémio Literário' are at the top right.

As opiniões expressas nesta publicação não vinculam necessariamente o Clube de Lisboa nem qualquer outra instituição.

A Talk foi organizada pelo Clube de Lisboa e o Grémio Literário e insere-se no ciclo de debates dedicado aos “Desafios Globais numa Ordem Mundial em Mutação”.

Organização



Grémio Literário

FICHA TÉCNICA

Título

Talk – Reconstrução
da Ordem Global

Data

Setembro 2025

Redação

Sebastião Sabino

Coordenação e edição

Patrícia Magalhães Ferreira

Design e paginação

Rita Romeiras

Copyright © Clube de Lisboa

O Clube de Lisboa é uma associação com membros individuais e coletivos que partilham a visão de Lisboa como cidade global e como espaço de reflexão, debate e intervenção sobre temas relevantes da agenda internacional, incluindo o desenvolvimento sustentável, a globalização e a segurança e com particular atenção aos desafios para o futuro e o papel de Portugal na Europa e no mundo.



cl@clubelisboa.pt



www.clubelisboa.pt

SIGA-NOS!



instagram.com/clubedelisboa



facebook.com/cluboflisbon



linkedin.com/company/clube-de-lisboa



x.com/clubedelisboa



youtube.com/clubedelisboa